

## **INFORMAÇÕES DO BANCO SOFISA S.A. EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM 481/09**

**ESSE DOCUMENTO TRATA DAS INFORMAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
DO BANCO SOFISA S.A., A SER REALIZADA CUMULATIVAMENTE À  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, EM 29.04.2011.**

### **COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA SOCIEDADE, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.**

**(atendimento Artigo 9º, item III, instrução CVM 481/09)**

#### **10. COMENTÁRIO DOS DIRETORES**

##### **10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

###### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria entende que o Banco Sofisa tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

###### **b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas**

A Diretoria entende que o Banco Sofisa possui estrutura de capital adequada para o exercício das suas atividades e nível confortável de alavancagem financeira. Salienta que as normas do Banco Central do Brasil exigem que os Bancos mantenham um patrimônio de referência igual ou superior a 11% dos ativos ponderados pelo risco, denominado índice de Basileia. O Banco Sofisa encerrou os anos de 2008, 2009 e 2010 com índice de Basileia, respectivamente, de 19,8%, 17,2% e 19,3%, posições acima da exigência do Banco Central.

Não existe previsão ou intenção, no momento, de resgate de ações de emissão do Banco Sofisa.

###### **c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

O Banco Sofisa gerencia o casamento de prazos de seus ativos e passivos, avaliando continuamente as opções mais atrativas de captação, seja através de organismos multilaterais, seja por meio de cessões de créditos e outras alternativas de prazos mais longos, a exemplo dos Depósitos com Garantias Especiais (DPGE), instituídos a partir de março de 2009.

Considerando a posição de fluxo de caixa e liquidez, a Diretoria acredita que o Banco Sofisa dispõe de liquidez e recursos suficientes para honrar saques, depósitos e demais obrigações no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito a seus clientes, assim como atender às necessidades próprias de capital de giro para investimento.

## Balço Patrimonial Consolidado por Prazos, base 31.12.2010

Sofisa Consolidado						
31/12/2010						
	1 a 30 dias	31a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo inde-terminado	Total
<b>ATIVO</b>						
Disponibilidades	29.517	-	-	-	-	29.517
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>46.405</b>	<b>66.430</b>	<b>15.168</b>	<b>2.967</b>	-	<b>130.970</b>
Aplicações no mercado aberto	20.005	-	-	-	-	20.005
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.217	66.430	15.168	2.967	-	103.782
Aplicações em moedas estrangeiras	7.183	-	-	-	-	7.183
<b>T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>56.046</b>	<b>27.747</b>	<b>45.108</b>	<b>1.163.927</b>	-	<b>1.292.828</b>
<b>Relações interfinanceiras e interdependências</b>	<b>38.793</b>	-	-	-	-	<b>38.793</b>
<b>Operações de crédito e arrendamento mercantil</b>	<b>316.929</b>	<b>871.272</b>	<b>323.791</b>	<b>784.054</b>	-	<b>2.296.046</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>131.128</b>	<b>67.518</b>	<b>68.447</b>	<b>247.655</b>	-	<b>514.748</b>
Carteira de câmbio	6.471	14.975	-	4.287	-	25.733
Outros	124.657	52.543	64.160	247.655	-	489.015
<b>Permanente</b>	-	-	-	-	<b>70.801</b>	<b>70.801</b>
Investimentos	-	-	-	-	6.825	6.825
Imobilizado de uso	-	-	-	-	54.163	54.163
Diferido	-	-	-	-	4.260	4.260
Intangível	-	-	-	-	5.553	5.553
<b>Total do ativo</b>	<b>618.818</b>	<b>1.032.967</b>	<b>452.514</b>	<b>2.198.603</b>	<b>70.801</b>	<b>4.373.703</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>Depósitos</b>	<b>361.411</b>	<b>594.352</b>	<b>254.099</b>	<b>1.120.016</b>	-	<b>2.329.878</b>
Depósitos a vista	124.674	-	-	-	-	124.674
Depósitos interfinanceiros	9.954	17.378	700	16.197	-	44.229
Depósitos a prazo	226.741	576.974	253.399	1.103.819	-	2.160.933
Depósitos para investimentos	42	-	-	-	-	42
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>45.149</b>	-	-	-	-	<b>45.149</b>
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>19.419</b>	-	-	-	-	<b>19.419</b>
<b>Relações interfinanceiras e interdependências</b>	<b>80</b>	-	-	-	-	<b>80</b>
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>12.417</b>	<b>37.910</b>	<b>161.298</b>	-	-	<b>211.625</b>
<b>Obrigações por repasses</b>	<b>261</b>	<b>22.493</b>	<b>37.921</b>	<b>391.031</b>	-	<b>451.706</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>2.832</b>	<b>2.271</b>	<b>2.707</b>	<b>30.511</b>	-	<b>38.321</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>158.069</b>	<b>73.093</b>	<b>67.385</b>	<b>207.948</b>	-	<b>506.495</b>
Carteira de câmbio	773	1.109	-	-	-	1.882
Outras	157.296	71.984	67.385	207.948	-	504.613
<b>Resultados de exercícios futuros</b>	<b>3</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>119</b>	-	<b>160</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	-	-	-	-	<b>770.870</b>	<b>770.870</b>
Capital social e reservas	-	-	-	-	770.870	770.870
<b>Total do passivo</b>	<b>599.641</b>	<b>730.136</b>	<b>523.431</b>	<b>1.749.625</b>	<b>770.870</b>	<b>4.373.703</b>

### d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Na qualidade de banco múltiplo, o Banco Sofisa capta recursos principalmente por meio de depósitos a prazo (CDB), utilizando-se também de recursos captados junto a organismos multilaterais internacionais e de Depósitos com Garantias Especiais (DPGE), entre outros.

O Banco não apresenta investimentos relevantes em ativos não-circulantes, não havendo necessidade de recursos para a finalidade em questão.

Captação   (R\$mm)	4T10	3T10	4T09	4T10/3T10	4T10/4T09
Depósitos à Vista	124,7	127,5	110,3	-2,2%	13,1%
Depósitos a Prazo + LCA	1.508,7	1.675,6	1.532,9	-10,0%	-1,6%
Até 1 ano	913,6	1.084,9	1.053,5	-15,8%	-13,3%
Acima de 1 ano	595,0	590,7	479,4	0,7%	24,1%
Depósitos Interfinanceiros	44,2	49,1	94,2	-9,9%	-53,1%
Captações no Mercado Aberto	45,1	59,9	13,7	-24,7%	228,7%
Obrigações por Empréstimos e Repasses no Exterior <sup>(*)</sup>	677,0	725,1	718,4	-6,6%	-5,8%
Repasses BNDES / FINAME	69,3	79,8	108,6	-13,2%	-36,2%
Cessões de Crédito	91,4	119,0	451,8	-23,2%	-79,8%
DPGE	671,7	615,3	328,2	9,2%	104,7%
<b>Total</b>	<b>3.232,1</b>	<b>3.451,3</b>	<b>3.358,0</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-3,8%</b>

(\*) Inclui obrigações em moeda estrangeira, empréstimos e repasses no exterior, promissory notes, repo, linked notes e fixed rate notes.

### e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

O Banco poderá fazer uso de operações de cessão de crédito e emissão de DPGE dentro do limite disponível (superior a R\$2,5 bilhões).

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Data base: 31.12.2010

TIPO	DATA CONTRATAÇÃO	DATA VENCIMENTO	BANCO / CREDOR	MOEDA	SALDO EM MOEDA
EXPORTACAO	19/01/10	07/01/11	BANK OF AMERICA-NEW YORK	USD	1.000.000,00
IMPORTACAO	27/05/10	24/01/11	BANCO LATINOAMERICANO DE EXPORTACIONES, S.A.-NEW YORK	USD	1.020.845,97
EXPORTACAO	09/06/10	31/01/11	BANCO SANTANDER S.A.-NEW YORK	USD	400.000,00
IMPORTACAO	13/05/10	07/02/11	BANK OF NOVA SCOTIA-ONTARIO	USD	2.007.063,77
IMPORTACAO	27/05/10	14/02/11	BANCO LATINOAMERICANO DE EXPORTACIONES, S.A.-NEW YORK	USD	72.021,95
SYNDICATED LOAN	25/03/09	15/02/11	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	1.250.000,00
SYNDICATED LOAN	24/03/09	15/02/11	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	2.000.000,00
IMPORTACAO	27/05/10	28/02/11	BANCO LATINOAMERICANO DE EXPORTACIONES, S.A.-NEW YORK	USD	56.548,80
IMPORTACAO	27/05/10	03/03/11	BANCO LATINOAMERICANO DE EXPORTACIONES, S.A.-NEW YORK	USD	1.611.203,86
EXPORTACAO	06/07/10	03/03/11	BANK OF AMERICA-NEW YORK	USD	3.000.000,00
EXPORTACAO	10/03/10	04/03/11	BANK OF NOVA SCOTIA-ONTARIO	USD	4.600.000,00
EXPORTACAO	12/05/10	09/03/11	COMMERZBANK AG.-FRANKFURT/MAIN	USD	1.809.436,16
EXPORTACAO	16/09/10	11/03/11	BANK OF AMERICA-NEW YORK	USD	450.000,00
EXPORTACAO	22/09/10	18/03/11	BANK OF AMERICA-NEW YORK	USD	750.000,00
IMPORTACAO	22/06/10	31/03/11	BANCO LATINOAMERICANO DE EXPORTACIONES, S.A.-NEW YORK	USD	859.915,21
IMPORTACAO	13/05/10	18/04/11	BANK OF AMERICA-NEW YORK	USD	2.409.952,30
EXPORTACAO	09/11/10	09/05/11	BANCO LATINOAMERICANO DE EXPORTACIONES, S.A.-PANAMA	USD	500.000,00
IMPORTACAO	27/05/10	16/05/11	BANCO LATINOAMERICANO DE EXPORTACIONES, S.A.-NEW YORK	USD	1.223.385,66
IMPORTACAO	22/06/10	20/05/11	BANCO LATINOAMERICANO DE EXPORTACIONES, S.A.-NEW YORK	USD	348.511,33
IMPORTACAO	24/11/10	23/05/11	BANK OF AMERICA-NEW YORK	USD	190.000,00
IMPORTACAO	08/12/10	06/06/11	ISRAEL DISCOUNT BANK OF NEW YORK-NEW YORK	USD	473.735,40
IMPORTACAO	14/06/10	09/06/11	BANK OF AMERICA-NEW YORK	USD	2.604.080,00
CLEAN	03/07/08	07/07/11	BANCO SANTANDER S.A.-NEW YORK	USD	83.582.500,00
IMPORTACAO	02/08/10	28/07/11	BANK OF AMERICA-NEW YORK	USD	314.160,00
SYNDICATED LOAN	25/03/09	15/08/11	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	1.250.000,00
SYNDICATED LOAN	24/03/09	15/08/11	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	2.000.000,00
EXPORTACAO	25/10/10	14/10/11	BANCO SANTANDER S.A.-NEW YORK	USD	1.000.000,00
IMPORTACAO	27/10/10	21/10/11	COMMERZBANK AG.-FRANKFURT/MAIN	USD	3.400.000,00
IMPORTACAO	05/11/10	31/10/11	COMMERZBANK AG.-FRANKFURT/MAIN	USD	2.000.000,00
IMPORTACAO	22/11/10	17/11/11	BANK OF AMERICA-NEW YORK	USD	3.736.878,15
IMPORTACAO	30/11/10	25/11/11	COMMERZBANK AG.-FRANKFURT/MAIN	USD	1.759.915,90
EXPORTACAO	22/12/10	09/12/11	ING BANK-AMSTERDAM	USD	750.000,00
IMPORTACAO	22/12/10	09/12/11	ING BANK-AMSTERDAM	USD	267.212,00
SYNDICATED LOAN	07/02/08	15/12/11	INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION-WASHINGTON,DC	USD	8.333.333,33
SYNDICATED LOAN	25/03/09	15/02/12	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	1.250.000,00
SYNDICATED LOAN	24/03/09	15/02/12	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	2.000.000,00
SYNDICATED LOAN	25/03/09	15/08/12	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	1.250.000,00
SYNDICATED LOAN	24/03/09	15/08/12	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	2.000.000,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/11/12	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	EUR	3.663.442,62
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/11/12	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	USD	25.330.800,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/11/12	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	USD	3.572.500,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	16/11/12	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	USD	14.000.000,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	16/11/12	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	EUR	7.663.809,00
SYNDICATED LOAN	07/02/08	15/12/12	INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION-WASHINGTON,DC	USD	8.333.333,34
SYNDICATED LOAN	25/03/09	15/02/13	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	1.250.000,00
SYNDICATED LOAN	24/03/09	15/02/13	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	2.000.000,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/05/13	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	EUR	3.663.442,62
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/05/13	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	USD	25.330.800,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/05/13	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	USD	3.572.500,00
SYNDICATED LOAN	25/03/09	15/08/13	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	1.250.000,00
SYNDICATED LOAN	24/03/09	15/08/13	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	2.000.000,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/11/13	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	EUR	3.664.541,76
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/11/13	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	USD	25.338.400,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/11/13	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	USD	3.572.500,00
SYNDICATED LOAN	25/03/09	15/02/14	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	1.250.000,00
SYNDICATED LOAN	24/03/09	15/02/14	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	2.000.000,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/05/14	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	USD	3.572.500,00
SYNDICATED LOAN	25/03/09	15/08/14	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	1.250.000,00
SYNDICATED LOAN	24/03/09	15/08/14	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	2.000.000,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/11/14	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	USD	3.572.500,00
SYNDICATED LOAN	25/03/09	15/02/15	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	1.250.000,00
SYNDICATED LOAN	24/03/09	15/02/15	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	2.000.000,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/05/15	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	USD	3.572.500,00
SYNDICATED LOAN	20/12/10	15/11/15	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT-WASHINGTON	USD	3.565.000,00
SYNDICATED LOAN	22/02/10	15/02/17	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	7.500.000,00
SYNDICATED LOAN	22/02/10	15/02/17	FMO-NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VO.N.V.-THE HAGUE	USD	7.500.000,00

**ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não aplicável.

**iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Não aplicável.

**iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Como parte dos compromissos assumidos pelo Banco nas captações externas com o International Finance Corporation (IFC), o Nederlandse Financierings-Maatschappij Vorr Ontwikkelingsladen N.V (FMO) e o Inter-American Development Bank (IDB), organismos multilaterais credores, está o de manutenção de índices financeiros mínimos. Além disso, a esses organismos multilaterais e aos detentores de Eurobonds, há a necessidade de comunicação nos casos de eventos societários que impliquem em alteração do controle societário.

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Os financiamentos contratados foram integralmente desembolsados e não há limites disponíveis.

**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

***Exercício Social encerrado em 31.12.2010 comparado ao Exercício Social encerrado em 31.12.2009***

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

**Lucro Líquido:** O Banco Sofisa encerrou 2010 com lucro líquido de R\$76,0 milhões, aumento de 618,2% em relação aos R\$10,6 milhões registrados em 2009. Aliado ao resultado da venda da estrutura de Varejo, em maio de 2010, o esforço de contenção de despesas e recuperação de crédito e a manutenção da margem da carteira de Empresas permitiram o crescimento observado.

**Resultado Bruto da Intermediação Financeira:** Em 2010, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira atingiu R\$249,1 milhões, 28,3% superior ao montante registrado em 2009, devido o maior resultado das operações de crédito, especialmente advindas do segmento de Empresas.

**Despesas Administrativas:** As despesas administrativas acumuladas somaram R\$135,9 milhões em 2010, queda de 3,6% em relação a 2009. Tal variação decorreu, principalmente, da redução de 8,7% nas despesas de pessoal, em função da operação de venda da estrutura de originação de Varejo em maio de 2010.

**ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL**

**Ativo Total:** Os ativos totais do Banco somaram R\$4,37 bilhões no encerramento de 2010, redução de 6,5% em relação aos R\$4,68 bilhões registrados no exercício de 2009. A redução observada se justifica pela redução da carteira de crédito Varejo.

**Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido do Banco atingiu R\$770,9 milhões em 2010, aumento de 1,1% em relação aos R\$762,8 milhões registrados em 2009. O saldo de R\$762,8 milhões em 2009 foi impactado principalmente por resultados do período de R\$76,0 milhões e por provisões de Juros sobre o Capital Próprio de R\$60,7 milhões.

***Exercício Social encerrado em 31.12.2009 comparado ao Exercício Social encerrado em 31.12.2008***

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

**Lucro Líquido:** O Banco Sofisa concluiu 2009 com lucro líquido acumulado de R\$10,6 milhões. Saliem-se os seguintes fatores determinantes do desempenho de 2009: a) significativa redução da carteira de operações com Empresas, resposta conservadora do Banco Sofisa à crise financeira internacional, que acarretou redução média de receita de R\$50,0 milhões em 2009 em relação a 2008; b) despesas com provisões para devedores duvidosos de R\$93,4 milhões maiores em relação ao exercício de 2008; e, c) aumento do custo de captação decorrente das cessões de crédito de operações de longo prazo realizadas no 4T08, sem antecipação de receitas - Resolução BACEN nº 3.533, gerando incremento estimado de R\$22,0 milhões em relação ao exercício de 2008.

**Resultado Bruto da Intermediação Financeira:** Em 2009, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira atingiu R\$194,1 milhões, redução de 34,8% em relação ao exercício de 2008, o que se justifica pela queda das receitas de operações de crédito em decorrência da redução da carteira a partir do 4T08, aumento do custo de captação com as cessões realizadas no 4T08, e aumento das provisões sobre crédito de liquidação duvidosa.

**Despesas Administrativas:** As despesas administrativas, que consideram as despesas de pessoal e outras despesas administrativas, somaram R\$140,9 milhões no encerramento de 2009, permanecendo praticamente estáveis em relação ao exercício de 2008 (+2,7% 2009/2008). Em 2009, ocorreu retração de 7,9% nas despesas de pessoal, compensada pelo aumento de outras despesas administrativas de 18,1%, principalmente pelo incremento das despesas com processamento de dados, necessárias à automatização de processos.

#### **ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL**

**Ativo Total:** Os ativos totais do Banco Sofisa somaram R\$4,68 bilhões no encerramento de 2009, aumento de 3,2% em relação aos R\$4,53 bilhões do exercício de 2008. Esse aumento se justifica principalmente pelo crescimento das operações de crédito a partir do 3T09, com participação de 61,4% dos ativos totais em 2009 (59,5% em 2008), e pelo incremento das aplicações interfinanceiras de liquidez (R\$357,7 mil em 2008 para R\$591,6 mil em 2009).

**Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido do Banco Sofisa totalizou R\$762,8 milhões em 2009, correspondendo a redução de 6,0% em relação aos R\$811,0 milhões no ano anterior. A redução observada ocorreu principalmente por causa de obrigações legais decorrentes de processos judiciais contra a União, que geraram no 4T09 provisão de contingências no montante de R\$55,1 milhões, líquido de impostos, sendo R\$7,6 milhões com efeito no resultado do período corrente e R\$47,5 milhões nos resultados de períodos anteriores. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009 foi provisionado o montante bruto de R\$40,9 milhões na forma de Juros sobre o Capital Próprio.

#### ***Exercício Social encerrado em 31.12.2008 comparado ao Exercício Social encerrado em 31.12.2007***

##### **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

**Lucro Líquido:** O Banco Sofisa encerrou 2008 com lucro líquido de R\$110,0 milhões, desconsiderando-se a participação nos lucros, evolução de 41,9% em relação aos R\$77,6 milhões registrados em 2007. O lucro líquido de 2008 foi impactado negativamente pela elevação do custo de captação, principalmente a partir do 3T08, com o agravamento da crise de liquidez que atingiu o mercado local e internacional.

**Receitas Totais:** Em 2008, as receitas totais atingiram R\$1,3 bilhão, representando acréscimo de 125,3% em relação aos R\$561,6 milhões apurados em 2007. Essa evolução foi consequência da expansão da carteira de arrendamento mercantil, seguida pela de operações de crédito que totalizou R\$878,2 milhões, representando 69,4% das receitas em 2008, com incremento de 116,3%. Já as receitas com instrumentos financeiros derivativos (R\$169,8 milhões) e as receitas com valores mobiliários (R\$156,3 milhões), representando juntas 25,8% das receitas totais em 2008, apresentaram incremento de 258,8% em relação a 2007 (decorrente das operações de hedge sobre as captações no exterior).

**Resultado Bruto da Intermediação Financeira:** O Resultado Bruto da Intermediação Financeira foi de R\$306,7 milhões em 2008, evolução de 28,5% em relação aos R\$238,7 milhões registrados em 2007. A variação positiva foi resultado do aumento das receitas de intermediação financeira em 137,1% (R\$1,2 bilhão em 2008), principalmente pelo aumento das operações de crédito.

**Despesas Administrativas:** As despesas administrativas totalizaram R\$137,1 milhões em 2008, apresentando crescimento de 36,3% em comparação aos R\$100,6 milhões de 2007, como consequência do aumento de 54,8% das despesas de pessoal, estas decorrentes principalmente dos efeitos do dissídio coletivo na folha de pagamento.

## **ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL**

**Ativo Total:** Os ativos totais do Banco Sofisa somaram R\$4,5 bilhões no encerramento de 2008, aumento de 11,8% em relação aos R\$4,0 bilhões registrados em 2007. Em sua composição destacamos as operações de crédito, com 59% dos ativos totais no final de 2008. A participação dos títulos e valores mobiliários passou de 20% no encerramento de 2007 para 19% no final de 2008, e as aplicações interfinanceiras de liquidez passaram de 7% em 2007 para 8% em 2008.

**Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido do Banco Sofisa totalizou R\$858,6 milhões na conclusão de 2008, registrando aumento de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, e índice de Basiléia de 19,8%.

### **10.2. Os diretores devem comentar sobre:**

#### **a) Resultados das operações do emissor, em especial:**

##### **i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Em 2010, a receita obtida na carteira de Empresas e os esforços de recuperação de crédito compensaram a gradual redução da receita proveniente da carteira de Varejo.

No ano de 2009, as receitas foram impactadas significativamente pela retração da carteira de operações de crédito, em decorrência da crise internacional, com efeitos a partir do 4T08. Houve uma perda estimada de receita R\$50,0 milhões, considerando o spread médio que o Banco Sofisa deixou de realizar em decorrência do menor volume da carteira de crédito.

##### **ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Em 2010, aliado aos resultados obtidos com a carteira de crédito Empresas e com os esforços de recuperação de crédito, o resultado da venda da estrutura do Varejo contribuiu positivamente para os resultados operacionais em 2010.

Os resultados operacionais de 2009 foram impactados negativamente pelos seguintes fatores: a) significativa retração da carteira de operações com Empresas, reação conservadora à crise financeira internacional para proteger a liquidez do Banco Sofisa, propiciando redução média de receita de R\$50,0 milhões em 2009; b) aumento conjuntural das despesas com Provisões para Devedores Duvidosos em relação ao exercício de 2008; e, c) majoração do custo de captação em função das cessões de crédito realizadas no 4T08, sem antecipação de receitas - Resolução BACEN nº 3.533, significando em 2009 aumento de despesas de captação de cerca de R\$22,0 milhões quando comparado ao custo de captação para as taxas vigentes em 2008.

#### **b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Essas variações são levadas em conta no processo de gestão de riscos do Banco Sofisa, que, efetuado de forma estruturada, abrange a avaliação e o controle dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional incorridos pelo Banco Sofisa e suas controladas. Esse processo é contínuo, permanentemente revisado e serve de base às estratégias do conglomerado.

i) Risco de crédito: O Risco de crédito encontra-se associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente ou contraparte cumprir as suas obrigações financeiras com a Instituição. A gestão do Sofisa é feita tendo como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes e a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; e externos, relacionados ao ambiente

econômico no Brasil e no exterior. Adicionalmente, o Sofisa mantém um processo contínuo de avaliação sobre sua carteira de crédito com o objetivo de identificar a existência de evidências objetivas de perda no valor justo de seus ativos.

ii) Risco de Mercado: É o risco associado à probabilidade de que a variação no valor de ativos e passivos, causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado, gere perdas para a instituição. O VaR (Value at Risk) é um método estatístico utilizado para quantificar o risco de mercado e foi calculado para as posições de ativos e passivos do Banco com base em um intervalo de confiança de 99% e tempo de liquidação da posição de 1 dia. Em 31 de dezembro de 2010 o VaR consolidado para as operações com risco de juros prefixados em moeda nacional era de R\$1.747 mil.

iii) Risco de Liquidez: Trata-se do risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros no momento em que ocorrem, ou seja, a possibilidade de ocorrência de um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimo e de concentração de passivos, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir recursos suficientes para cumprimento dos compromissos financeiros.

iv) Risco Operacional: A estrutura de gestão de risco operacional do Sofisa é de responsabilidade da Gerência de Controles Internos, unidade subordinada à Presidência. Tal estrutura passa por constantes melhorias, objetivando principalmente a evolução na identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos cuja ocorrência poderia gerar perdas operacionais à Organização, resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, sem perder de vista os riscos legais associados à execução de contratos, processos ou sentenças adversas.

Para esse fim, a unidade responsável pela gestão de riscos operacionais utiliza-se da Abordagem do Indicador Básico (BIA) e emprega mecanismos de suporte à monitoração, os quais estão igualmente sendo revisados, tais como: Matriz de Risco e Planos de Ação para aprimoramento de controles, Indicadores de Risco, Base de Perdas, Alocação de Capital, atuação dos Agentes de Compliance, monitoramento de ocorrências de risco operacional e de reclamações de clientes, notificações e fraudes externas, Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais, Relatórios Gerenciais e Plano de Continuidade de Negócios.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade  
 Data-base: 31/12/2010  
 (valores em R\$ mil. Exceção: porcentagem sobre o PL)

Fatores de Risco	Exposição	Cenários		
		1	2	3
	<i>Posições sujeitas a variações em:</i>			
Prefixado	taxas de juros prefixadas em reais	1.844	(4.576)	(9.104)
Cupom Cambial	taxas dos cupons de moedas estrangeiras	13.021	(29.925)	(56.688)
Moeda Estrangeira	taxa de câmbio	(447)	(1.676)	(2.905)
Renda Variável	preço de ações	(852)	(1.917)	(3.248)
<b>Total (sem correlação)</b>		<b>13.566</b>	<b>(38.094)</b>	<b>(71.945)</b>
<b>Porcentagem sobre o PL</b>		<b>1,76%</b>	<b>-4,94%</b>	<b>-9,33%</b>

A análise de sensibilidade ora apresentada, conforme Instrução CVM 475/08, teve como objeto as carteiras “trading” e “banking” do Sofisa.

Os cenários que serviram de base para a análise de sensibilidade podem ser assim descritos:

Cenário 1: também denominado cenário provável, toma por base os dados de mercado no dia 31/12/2010, valendo frisar que, por conservadorismo, foi embutida uma defasagem de 10% sobre os preços de mercado.

Cenário 2: aplicação de choques da ordem de 25% sobre os fatores de risco observados no cenário 1.

Cenário 3: aplicação de choques da ordem de 50% sobre os fatores de risco observados no cenário 1.

Deve-se salientar que os resultados de cada cenário da análise refletem uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2010.

### **10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

#### **a) Introdução ou alienação de segmento operacional, e b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em maio de 2010 o Banco Sofisa celebrou, conjuntamente com sua controlada Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("CFI"), contrato de compra e venda de quotas com a GVI Promotora de Vendas e Serviços Ltda. ("GVI"), sociedade controlada do Banco Fibra S.A., por meio do qual o Sofisa e a CFI venderam à GVI, pelo preço de R\$120,0 milhões, a totalidade das quotas representativas do capital da Sofcred Promotora de Venda Ltda. Esta transação englobou a transferência de toda a operação de financiamento de veículos, crédito consignado, cartão de crédito e financiamento ao consumidor.

O montante total de R\$120,0 milhões ingressou integralmente no segundo trimestre de 2010, quando a operação foi concluída. Para que os resultados futuros do Banco ficassem o mais isentos possíveis dos impactos negativos (despesas) da atividade do varejo, já que o Sofisa não originará mais no segmento, a Administração, com o aval da Auditoria Independente, optou por contabilizar boa parte das despesas futuras trazendo-as para valor presente e lançando-as contabilmente no segundo trimestre de 2010. Dessa forma, o valor líquido que ingressou no Banco decorrente dessa operação foi de R\$69,4 milhões, lançado na rubrica "Outros resultados extraordinários" da Demonstração de Resultado Consolidada. Cabe ressaltar que a operação também gerou despesas tributárias e administrativas não recorrentes, basicamente pelo pagamento de tributos, despesas com advogados na elaboração do contrato de venda e de indenizações trabalhistas pontuais, já que grande parte dos empregados da promotora de vendas alienada foi repassada ao Banco Fibra e não gerou despesas adicionais.

Com a venda o Sofisa concentrou seus esforços no desenvolvimento de seu principal segmento, que é o financiamento à pequenas e médias empresas.

#### **c) Eventos ou operações não usuais**

Não aplicável.

### **10.4. Os diretores devem comentar:**

#### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve.

#### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve.

#### **c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O parecer dos auditores independentes não contém ressalvas.



**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN nº 3.604/08), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias.

**b) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**c) Títulos e valores mobiliários**

Conforme estabelecido pela Circular nº 3068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

**d) Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo)**

São classificados de acordo com a intenção da Administração do Banco, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

**e) Operações de crédito e arrendamento mercantil, depósitos a prazo, interfinanceiros e outras operações ativas e passivas**

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor do principal e respectivos rendimentos ou encargos e retificadas pela conta correspondente de rendas ou despesas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados “pró rata” dia.

As operações de arrendamento mercantil, calculadas pelo seu valor presente, foram classificadas no balanço patrimonial, nas rubricas de operações de arrendamento mercantil, pelo valor líquido das obrigações por antecipação de valor residual.

**f) Transações com ativos financeiros - operações com retenção substancial de riscos e benefícios**

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação estão sendo registradas e demonstradas da seguinte forma:

A) Prática adotada antes da entrada em Vigor da Resolução 3.809/09

i) Os ativos financeiros objeto de venda ou transferência permanecem integralmente no ativo;

ii) Os valores recebidos ou a receber são computados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida;

iii) As receitas e as despesas são apropriadas mensalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente das operações, de acordo com as taxas contratuais pactuadas.

B) Prática adotada após a entrada em Vigor da Resolução 3.809/09

i) Os ativos financeiros objeto de venda ou transferência são integralmente baixados do ativo;

ii) Os valores recebidos ou a receber são computados no ativo, tendo como contrapartida o resultado e o valor referente a retenção de riscos é registrado em conta de compensação, não figurando no balanço;

iii) As receitas e as despesas são apropriadas na data da transação.

A prática contábil descrita no item (A) está em linha com a Resolução 3.533/08, que passou a vigorar a partir do exercício de 2011, e teve sua adoção antecipada facultada pela Resolução 3.673/08, ambas do Banco Central do Brasil (BACEN). Posteriormente, foi emitida a Resolução 3.809/09 que vedou a adoção antecipada da Resolução 3.533/08.

#### **g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, de adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, levando-se em consideração: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a sua classificação em nove níveis, de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo); e (ii) os níveis de riscos são avaliados pela administração do Banco, periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

#### **h) Outros valores e bens**

Bens não de uso próprio: Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustado por provisão para perda no valor recuperável quando necessário.

Despesas antecipadas: Referem-se a despesas pagas antecipadamente, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, representado substancialmente por comissão a agentes na colocação de financiamentos e despesas de seguros. Quando da cessão desses direitos ou benefícios, as correspondentes comissões são imediatamente reconhecidas no resultado.

#### **i) Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos pelo custo histórico.

#### **j) Imobilizado de uso e diferido**

O imobilizado de uso e diferido são demonstrados pelo custo de aquisição ou formação. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com taxas anuais do correspondente ativo, conforme demonstrado na Nota 15 das Demonstrações Financeiras. Os saldos existentes no ativo diferido, constituídos antes da entrada em vigor da Resolução 3.617/08 do BACEN, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

#### **k) Ativo Intangível**

O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos como objeto de bens incorpóreo, tendo como finalidade a manutenção das atividades do Banco e fundo de comércio da Rede Matriz, subsidiária da coligada Sata Sociedade Assessoria Técnicas Administrativa S/A.

#### **l) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o

valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**m) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

A provisão para imposto de renda é constituída pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$240 mil. A provisão para contribuição sobre o lucro líquido foi calculada com a alíquota de 15% para empresas financeiras e 9% para as empresas não financeiras, sobre o lucro tributável.

**n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Deliberação CVM nº 489/05 e na Resolução nº 3.535/08 do BACEN, a saber:

- i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- iii) As obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**o) Lucro por ação**

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-la**

O grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. O Banco Sofisa está atento às novas tecnologias e investe em seus controles, a fim de aprimorá-los cada vez mais.

**b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os exames realizados pelos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Sofisa, que compreenderam, entre outros itens, os sistemas contábeis e de controles internos, não apontaram deficiências ou recomendações que possam afetar de forma significativas as operações ou resultado do Banco Sofisa.

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar: a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; e, c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.**

Não aplicável.

**10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet items), tais como:**

**i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não aplicável.

**ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação estão sendo registradas e demonstradas da seguinte forma:

(A) Prática adotada antes da entrada em Vigor da Resolução 3.809/09

i) Os ativos financeiros objeto de venda ou transferência permanecem integralmente no ativo;

ii) Os valores recebidos ou a receber são computados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida;

iii) As receitas e as despesas são apropriadas mensalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente das operações, de acordo com as taxas contratuais pactuadas.

(B) Prática adotada após a entrada em Vigor da Resolução 3.809/09

i) Os ativos financeiros objeto de venda ou transferência são integralmente baixados do ativo;

ii) Os valores recebidos ou a receber são computados no ativo, tendo como contrapartida o resultado e o valor referente a retenção de riscos é registrado em conta de compensação, não figurando no balanço;

iii) As receitas e as despesas são apropriadas na data da transação.

A prática contábil descrita no item (A) está em linha com a Resolução 3.533/08, que passou a vigorar a partir do exercício de 2011, e teve sua adoção antecipada facultada pela Resolução 3.673/08, ambas do Banco Central do Brasil (BACEN). Posteriormente, foi emitida a Resolução 3.809/09 que vedou a adoção antecipada da Resolução 3.533/08.

**iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não aplicável.

**iv) Contratos de construção não terminada**

Não aplicável.

**v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

O Banco Sofisa concede garantias a pessoas físicas e jurídicas, mediante a cobrança de encargos financeiros e contra-garantias dos beneficiários. As garantias configuram-se principalmente em responsabilidades por avais, fianças e outros.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8.:**

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Responsabilidades por avais, fianças e outros: Em função do risco de inadimplência, existe a possibilidade de tais contratos de garantia serem honrados e, nesse caso, as operações serão registradas como Créditos por Avais e Fianças Honrados, passam a ter natureza de operação de crédito vencida e seguirão os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho

Monetário Nacional (CMN), que requer a sua classificação em nove níveis, de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo); e que os níveis de riscos sejam avaliados pela administração do Banco, periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações.

Cessão da carteira de crédito com coobrigação: Para as operações realizadas em conformidade com a Resolução nº 2.836 de 30 de maio de 2001 do BACEN, onde os ativos são baixados e as coobrigações assumidas registradas em contas de compensação, as despesas e o resultado operacional poderão ser afetados pela constituição de provisões para perdas com devedores duvidosos a serem constituídas sobre créditos inadimplentes de acordo com a Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do BACEN. Tais operações quando baixadas, não geraram impactos relevantes nos resultados dos períodos.

**b) Natureza e o propósito da operação**

Responsabilidades por avais, fianças e outros: A fiança bancária é uma obrigação escrita assumida pelo Banco, que passa a se responsabilizar, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação de seu cliente, caso ele não possa cumpri-la.

Cessão da carteira de crédito com coobrigação: Adiantamento de recursos sobre o fluxo de vencimentos dos contratos e/ou cédulas de crédito cedidas.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Responsabilidades por avais, fianças e outros: As informações relativas às responsabilidades por avais, fianças e outros totalizaram R\$36,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, R\$26,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, R\$43,2 milhões em 31 de dezembro de 2008; e foram divulgados na nota de “Outras informações” nas Demonstrações Financeiras.

Cessão da carteira de crédito com coobrigação: Obrigações junto a outras instituições financeiras provenientes de cessão da carteira de crédito com coobrigação:

	<b>Sofisa Consolidado e Banco Sofisa</b>		
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2008</b>
Valor Contábil da Obrigação Assumida	Valor Contábil da Obrigação Assumida	Valor Contábil da Obrigação Assumida	Valor Contábil da Obrigação Assumida
Operações de Crédito	308.248	46.717	70.584
<b>Total</b>	<b>308.248</b>	<b>46.717</b>	<b>70.584</b>

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) Investimentos, incluindo:**

**i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Não há previsão de investimentos significativos, além dos necessários para manutenção das atividades desenvolvidas atualmente.

**ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

Não aplicável.

**iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

**b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

**c) Novos produtos e serviços**

Não aplicável.

**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes foram comentadas e divulgadas nos itens anteriores, não existindo outros fatores que possam influenciar o desempenho operacional e que não tenham sido mencionados.

### **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09.**

**(atendimento Artigo 9º, item III, instrução CVM 481/09)**

#### **1. Informar o lucro líquido do exercício.**

O lucro líquido consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi de R\$76.030.857,45

#### **2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.**

O estatuto social do Banco assegura aos acionistas o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de abril de 2010, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP") intermediários, no valor bruto total de R\$64.821.265,59 ou R\$0,47058824 por ação ordinária e/ou preferencial, sendo que R\$11.200.000,00 foram provisionados em 2010 e são referentes aos resultados do exercício de 2010, R\$16.100.000,00 foram provisionados em 2010 e são referentes aos resultados dos exercícios de 2007 e 2008, e o restante é referente aos resultados do exercício de 2009.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2010, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP") intermediários, no valor bruto total de R\$16.205.977,53 ou R\$0,11764706 por ação ordinária e/ou preferencial, sendo que R\$15.000.000,00 foram provisionados em 2010 e são referentes aos resultados do exercício de 2010 e o restante foi provisionado e é referente aos resultados de exercícios anteriores.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2010, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP") intermediários, no valor bruto total de R\$10.175.771,00 ou R\$0,07387268 por ação ordinária e/ou preferencial, sendo que R\$9.700.000,00 foram provisionados e são referentes aos resultados do exercício de 2010 e o restante foi provisionado e é referente aos resultados de exercícios anteriores.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2011, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP") intermediários, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de 2010, no valor bruto total de R\$4.377.866,13 ou R\$0,03178184 por ação ordinária e/ou preferencial.

A destinação do resultado e movimentações em reservas proposta pela Administração da Companhia relativa à distribuição do Lucro Líquido de R\$76.030.857,45 do exercício de 2010, foram realizadas da seguinte forma:

- R\$3.801.547,87 foram destinados para a conta de “reserva legal”;
- Ao lucro líquido ajustado adicionou-se o valor de R\$26.683,92, provenientes da realização da reserva de reavaliação de imóveis de uso;
- R\$60.650.000,00 provisionados para pagamento de juros sobre o capital próprio;
- R\$11.605.993,50 foram destinados para reserva de expansão.

### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O montante total de Juros sobre o Capital Próprio a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios de 2010 no valor bruto de R\$60.650.000,00 (valor líquido de R\$51.552.500,00) representou uma distribuição de 79,8% pelo valor bruto e de 67,8% pelo valor líquido em relação aos R\$76.030.857,45 de lucro líquido consolidado no exercício de 2010.

### 4. Montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não houve distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

### 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe; b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio; c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio; d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Na AGO a ser realizada em 29 de abril de 2011 não haverá aprovação de distribuição de proventos, apenas ratificação dos JCPs mencionados no Item 2 da Proposta de Destinação do Lucro Líquido.

### 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; e, b) informar a data dos respectivos pagamentos.

Não houve.

### 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores; e b) dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Lucro Líquido do exercício (R\$)		Espécie	2010	2009	2008	2007
			76.030.857,45	10.585.390,89	92.200.913,82	75.633.582,07
Juros sobre o capital próprio distribuídos (R\$)	Valor Bruto	ON	42.770.674,43	31.029.515,19	13.649.761,15	0,00
		PN	17.879.325,57	12.970.484,81	5.050.238,85	0,00
		<b>Total</b>	<b>60.650.000,00</b>	<b>44.000.000,00</b>	<b>18.700.000,00</b>	<b>0,00</b>
	Valor Líquido	ON	36.355.073,27	26.375.087,91	11.602.296,97	0,00
		PN	15.197.426,73	11.024.912,09	4.292.703,02	0,00
		<b>Total</b>	<b>51.552.500,00</b>	<b>37.400.000,00</b>	<b>15.895.000,00</b>	<b>0,00</b>
Dividendos		ON	0,00	0,00	1.429.209,89	0,00
		PN	0,00	0,00	767.933,88	0,00
		<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.197.143,77</b>	<b>0,00</b>

## **8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

### **a) Identificar o montante destinado à reserva legal**

O montante destinado à reserva legal referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$3.801.547,47, calculado em conformidade com o Art. 193 da Lei 6.404/76.

### **b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

A destinação de parcela do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193 da Lei no 6.404/76 e tem por fim assegurar a integridade do capital social, somente podendo ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Do lucro líquido do exercício ajustado pelos eventos previstos na regulamentação em vigor antes de qualquer outra destinação, 5% (cinco por cento) são aplicados na constituição da reserva legal.

## **9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: a) descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos; b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e, e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.**

Não aplicável.

## **10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

### **a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Artigo 39 do Estatuto Social: "O resultado de cada exercício, verificado após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação: (...)

b) uma parcela para o pagamento de dividendo obrigatório não inferior a 25,0% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado apurado no exercício social, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;"

(...)

Artigo 41 - "Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos aos acionistas juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º da Lei nº. 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria, os quais, uma vez distribuídos, poderão, após a dedução do imposto de renda na fonte, ser imputados aos dividendos obrigatórios ou intermediários, de acordo com o Artigo 39 acima."

### **b) Informar se ele está sendo pago integralmente**

Está sendo distribuído na forma de juros sobre o capital próprio, que estão sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

### **c) Informar o montante eventualmente retido**

Não houve retenção.

## **11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: a) informar o montante da retenção; b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e, c) justificar a retenção dos dividendos.**

Não aplicável.



**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**

**a) Identificar o montante destinado à reserva**

Não houve destinação de resultado para reserva de contingência.

**b) Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável.

**c) Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável.

**d) Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; e, b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias: a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; b) identificar o montante destinado à reserva; e, c) descrever como o montante foi calculado.**

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:**

**a) Identificar o montante da retenção**

Não houve retenção de lucros.

**b) Fornecer cópia do orçamento de capital:**

Não aplicável.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**

**a) Informar o montante destinado à reserva**

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

**b) Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável.

**ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL**

**(Atendimento Artigo 10º da Instrução CVM 481/09 – itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência presente na Instrução CVM 480/09)**

**12.6. Em relação a cada um dos membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**

**a) nome; b) idade; c) profissão; d) CPF/MF; e) cargo eletivo ocupado; f) data da eleição; g) data da posse; h) prazo do mandato; i) outros cargos ou funções exercidas no emissor; e, j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não.**

Nome	Idade	Profissão	CPF/MF	Cargo	Data de eleição	Data de posse	Prazo de Mandato	Outros cargos exercidos	Eleito pelo controlador
<b>CONSELHO FISCAL</b>									
Antonio Luiz Teixeira de Barros Junior	71 anos	Advogado	003.940.258-49	Conselheiro Fiscal	29.04.2011	Após homologação do BACEN	AGO de 2012		Sim
Geraldo Lima Wandalsen	71 anos	Economista	047.122.508-87	Conselheiro Fiscal	29.04.2011	Após homologação do BACEN	AGO de 2012		Sim
Paulo José Bilezikjian	42 anos	Economista	032.490.158-57	Conselheiro Fiscal	29.04.2011	Após homologação do BACEN	AGO de 2012		Sim
Roberto Valladares Hernandez	50 anos	Economista	036.577.428-67	Conselheiro Suplente	29.04.2011	Após homologação do BACEN	AGO de 2012		Sim
Evaldo Willik	62 anos	Economista	371.073.138-00	Conselheiro Suplente	29.04.2011	Após homologação do BACEN	AGO de 2012		Sim
Eduardo Francisco Uliano	60 anos	Empresário	476.512.458-49	Conselheiro Suplente	29.04.2011	Após homologação do BACEN	AGO de 2012		Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

Não aplicável.

**12.8. Em relação a cada um dos membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a) Currículo contendo as seguintes informações: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando o nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da sociedade, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Antonio Luiz Teixeira de Barros Júnior: Membro titular do Conselho Fiscal desde 2007, colaborou durante 20 anos com o Grupo TAM, tendo sido Presidente do Conselho de Administração da TAM – Transportes Aéreos Regionais, Presidente interino da TAM Linhas Aéreas S.A. e Vice-Presidente do Conselho da TAM\_CIT, Companhia de Investimento em Transportes. É membro dos Conselhos Consultivos da Cia Nacional de Armazéns Gerais Alfandegados S.A., da Cia Albertina Mercantil e Industrial, da Norte Salineira S.A. – Norsal, da Brasilpar Serviços Financeiros Ltda, da Cerealista Maranhão S.A. e do Conselho de Administração da Gradiente Eletrônica S.A., além de membro do Conselho Superior do Liceu de Artes e Ofícios do Estado de São Paulo.

Geraldo Lima Wandalsen: Membro titular do Conselho Fiscal desde 2007, foi membro do Conselho de Administração da Eternit S.A., no período de 1997 a 1999. Exerceu ainda o cargo de liquidante do Grupo do Banco Seller S.A. (Banco, Corretora e Distribuidora de Títulos e Valores), no período de outubro de 1994 a março de 1997, ocasião em que entraram em regime falimentar. Atualmente, é sócio-diretor da Wandalsen Consultoria Econômica Ltda, cargo que exerce desde 1999.

Paulo José Bilezikjian: Eleito membro titular do Conselho Fiscal em 2010, foi Diretor de Investimentos da ING Asset Management Brasil, responsável pela definição da política de investimento. No período de 2000 a 2004, foi Diretor de Investimentos da Brennand Investimentos, family office da família

Brennand, responsável pela definição da política de investimento e seleção de ativos de portfólio de grande porte. Foi Sócio e Gestor Sênior de Portfólio do Credit Suisse Hedging Griffo, responsável por investimentos internacionais. Desde 2009, exerce a função de administrador do CSHG Treviso FIA e de outros investimentos de portfólio.

Roberto Valladares Hernandez: Membro suplente do Conselho Fiscal desde 2007, é Diretor da AR2 Agentes de Investimentos S/C Ltda, prestando serviços junto a Fator S/A Corretora de Valores, como agente autônomo de investimentos, desde agosto de 1991. É membro do Conselho Fiscal da UNIPREV – União Previdenciária desde janeiro de 2008.

Evaldo Willik: Eleito membro suplente do Conselho Fiscal em 2010, atuou profissionalmente até setembro de 1999 no Banco Central do Brasil, exercendo atividades executivas e gerenciais nos Departamento de Fiscalização, de 1977 a 1989, e no de Capitais Estrangeiros, de 1989 a 1999. Foi Diretor da Arthur Andersen Consultoria Fiscal e Financeira S/C Ltda - São Paulo, Brasil, de setembro de 1999 a setembro de 2002, e, anteriormente, atuou no Banco do Brasil S.A., de 1972 a 1975, e no Banco Itaú S.A., de 1969 a 1972. Entre outubro de 2002 e abril 2007 atuou como diretor da Ernst & Young Consultores Associados, participando na estruturação de operações envolvendo aspectos financeiros, tributários e societários, inclusive quanto às implicações no que diz respeito à legislação de capitais estrangeiros e câmbio. Desde maio de 2007, atua como associado do Feitosa e Guarnieri Advogados Associados.

Eduardo Francisco Uliano: Eleito membro suplente do Conselho Fiscal em 2010, é Diretor da empresa Day Brasil S.A. há mais de 15 anos.

**b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penalidades aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

Não houve ocorrência de nenhum dos eventos acima mencionados.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas do emissor.**

Não aplicável.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores da Sociedade e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Sociedade, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.**

Não aplicável.

## FIXAÇÃO DA VERBA ANUAL DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

(atendimento Artigo 12º da Instrução CVM 481/09 – item 13 do Formulário de Referência presente na Instrução CVM 480/09)

**13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:**

**a) Política ou prática de remuneração:**

Conselho de Administração: A remuneração dos membros do Conselho de Administração é baseada nas práticas de mercado, sem perder de vista o desejável alinhamento entre os resultados obtidos e a remuneração dos Conselheiros. Tal prática visa contratar e garantir a permanência de profissionais qualificados, de reconhecida idoneidade e capacidade. A remuneração dos Conselheiros consiste em pró-labore mensal e, semestralmente, na participação nos resultados. Pelas características de sua atuação no Banco, a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Administração é diferenciada em relação à dos demais Conselheiros. A política de remuneração do Conselho de Administração não prevê qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário alheio aos resultados derivados de suas atividades normais.

Diretoria Estatutária: A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas práticas de mercado, buscando alinhamento entre os resultados obtidos e a remuneração dos diretores. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência de profissionais qualificados. A remuneração dos diretores consiste em um pró-labore de valor fixo, que eventualmente é atualizado com o objetivo de estimular a busca de melhores resultados. O Banco Sofisa proporciona aos diretores Participação nos Lucros, que pode alcançar até 100% do somatório anual recebido a título de pró-labore. O Diretor Presidente participa do lucro líquido e os diretores participam em função do valor agregado por suas respectivas áreas ao lucro líquido. A política de remuneração dos Diretores não prevê qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário alheio aos resultados derivados de suas atividades normais.

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal do Banco Sofisa é composto por profissionais independentes e renomados. A política de remuneração dos seus membros foi estabelecida segundo a legislação que rege a matéria, em até 10% da remuneração a que, em média, é atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Comitê estatutário, Comitê de auditoria, Comitê de risco, Comitê financeiro e Comitê de remuneração: Membros de Comitê estatutário, Comitê de risco, Comitê financeiro e Comitê de remuneração não recebem remuneração por sua participação nesses órgãos, com exceção do Coordenador do Comitê de auditoria, que percebe remuneração equivalente ao pró-labore dos membros independentes do Conselho de Administração.

**b) Composição da remuneração:**

**i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Pró-labore fixo mensal e variável na forma de Participação nos Resultados. A remuneração visa contratar e garantir a permanência de profissionais qualificados, de reconhecida idoneidade e capacidade.

**ii) Qual a proporção de cada elemento na Remuneração Total**

Até 100% do somatório anual recebido a título de pró-labore.

**iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração**

Remuneração Fixa: Por pesquisa de mercado em Instituições de mesmo porte e foco de atuação, qualificação dos profissionais, desempenho individual e das unidades.

Remuneração Variável: O reajuste dos valores da remuneração da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração é definido pelos acionistas, reunidos em assembléia com base em indicadores de desempenho conforme a seguir descrito: Diretor Presidente: ROE e EVA; Diretor Vice Presidente do Varejo: comportamento do resultado da área de varejo; Diretor Comercial: receitas de operações de crédito e perdas; Diretor Financeiro: comportamento da carteira de captação e das arbitragens e Diretor de Recuperação de Crédito e Desenvolvimento de Negócios: comportamento das perdas e da recuperação de crédito e receitas. Os elementos da remuneração são calculados mediante aplicação dos resultados dos indicadores.

#### **iv) Razões que justificam a composição da remuneração**

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado e o nível de competitividade do Banco.

#### **c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Conselho de Administração: O envolvimento no acompanhamento dos processos internos do Banco pelo Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração justifica a remuneração diferenciada em relação aos demais membros do Colegiado.

Diretoria Estatutária: A cada diretoria é atribuído um indicador de desempenho específico que levará à determinação da remuneração. Os indicadores são: Diretor Presidente: ROE e EVA; Diretor Vice Presidente do Varejo: comportamento do resultado da área de varejo; Diretor Comercial: receitas de operações de crédito e perdas; Diretor Financeiro: comportamento da carteira de captação e das arbitragens e Diretor de Recuperação de Crédito e Desenvolvimento de Negócios: comportamento das perdas e da recuperação de crédito e receitas.

Conselho Fiscal e Comitês: Não há indicadores instituídos.

#### **d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A estrutura da remuneração considera os indicadores utilizados em cada Diretoria.

Os indicadores são:

- Diretor Presidente: ROE e EVA;
- Diretor Vice Presidente do Varejo: comportamento do resultado da área de varejo;
- Diretor Comercial: receitas de operações de crédito e perdas;
- Diretor Financeiro: comportamento da carteira de captação e das arbitragens e Diretor de Recuperação de Crédito e Desenvolvimento de Negócios: comportamento das perdas e da recuperação de crédito e receitas.

Sabendo-se que para o Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria não foram instituídos indicadores de desempenho.

#### **e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do Banco Sofisa S.A. de curto, médio e longo prazo**

O Banco Sofisa busca, por meio da prática de remunerações e benefícios compatíveis com o mercado, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro de colaboradores profissionais incentivados e comprometidos com seu crescimento sustentável e o seu plano de negócios.

#### **f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

O Banco Sofisa remunera os membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária, do Conselho Fiscal e o coordenador do Comitê de Auditoria. Não existem membros do conselho de

administração, da diretoria estatutária, do conselho fiscal ou dos comitês que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do Banco Sofisa**

Não há.

**13.2. Em relação à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente**

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Totais
Nº Membros	6	5	3	1	15
Remuneração Fixa Anual	2.722.000,00	2.933.749,00	183.312,00	240.000,00	6.079.061,00
Salário ou Pró-labore	2.722.000,00	2.933.749,00	183.312,00	240.000,00	6.079.061,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Remuneração variável	-	3.952.642,00	-	-	3.952.642,00
Bônus	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	3.952.642,00	-	-	3.952.642,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.722.000,00</b>	<b>6.886.391,00</b>	<b>183.312,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>10.031.703,00</b>

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Totais
Nº Membros	6	5	3	1	15
Remuneração Fixa Anual	2.240.000,00	3.571.473,26	137.717,86	240.000,00	6.189.191,12
Salário ou Pró-labore	2.240.000,00	3.571.473,26	137.717,86	240.000,00	6.189.191,12
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Remuneração variável	1.900.000,00	3.600.000,00	-	-	5.500.000,00
Bônus	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	1.900.000,00	3.600.000,00	-	-	5.500.000,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.140.000,00</b>	<b>7.171.473,26</b>	<b>137.717,86</b>	<b>240.000,00</b>	<b>11.689.191,12</b>

**13.3. Em relação à remuneração variável dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente**

Nos últimos anos foram divulgadas metas e condições estipuladas para o seu atingimento. Tais metas, entretanto, não foram atingidas, motivo pelo qual não ocorreu a distribuição da remuneração variável. Referente ao exercício de 2010 não houve pagamento de Remuneração Variável aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, em virtude do resultado obtido no encerramento contábil.

O Banco Sofisa pretende estabelecer uma nova política de remuneração baseada em indicadores de desempenho, alinhada com os seus interesses e os dos integrantes de sua alta Administração.

Para o exercício de 2011 o Sofisa propõe:

- Manter as atuais metas de 2010. Caso todas as metas sejam cumpridas fixar como remuneração máxima o valor anual de R\$12.000.000,00;
- Estabelecer a remuneração global desses colegiados em R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), sendo R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) a título de remuneração fixa anual e R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) a título de remuneração variável.
- Conselho fiscal: 3 efetivos e 3 suplentes.

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Totais
Nº Membros	6	5	3	1	15
Remuneração Fixa Anual	-	-	-	-	-
Salário ou Pró-labore	-	-	-	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Remuneração variável	-	3.952.642,00	-	-	3.952.642,00
Bônus	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	3.952.642,00	-	-	3.952.642,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>3.952.642,00</b>	-	-	<b>3.952.642,00</b>

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Totais
Nº Membros	6	5	3	1	15
Remuneração Fixa Anual	-	-	-	-	-
Salário ou Pró-labore	-	-	-	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Remuneração variável	1.900.000,00	3.600.000,00	-	-	5.500.000,00
Bônus	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	1.900.000,00	3.600.000,00	-	-	5.500.000,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.900.000,00</b>	<b>3.600.000,00</b>	-	-	<b>5.500.000,00</b>

#### 13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

##### a) termos e condições gerais

O Banco Sofisa S.A. estabeleceu em 2007, programa de incentivo de longo prazo baseado em ações para os administradores e funcionários elegíveis ("beneficiários"), o chamado Programa de Opção de Compra de Ações ("Programa" ou "Plano"). Embora as condições do Plano continuem vigentes, dado que suas condições não foram alteradas pela Administração, até o momento não houve exercício de opção por nenhum beneficiário.

Em consonância com o Anexo I à Ata de Reunião do Conselho de Administração de 7 de agosto de 2007, seguem os termos e condições gerais do Plano:

1. Volume Global: 3,7% do capital social total da Companhia, correspondente a 5.600.000 ações preferenciais.
2. Beneficiários:
  - 2.1. Beneficiários do IPO: Os membros do conselho de administração, diretores e empregados indicados ao presente Programa 2007, os quais desempenharam papel fundamental para o sucesso da oferta pública inicial da Companhia, realizada em 27 de abril de 2007.
  - 2.2. Beneficiários Estratégicos: Os membros do conselho de administração, diretores e empregados indicados ao presente Programa 2007.
3. Distribuição entre os Beneficiários: na forma da minuta dos Contratos, as quais serão encaminhadas a cada um dos Beneficiários pelo Conselho de Administração.
4. Exercício da Opção:
  - 4.1. A opção poderá ser exercida pelos Beneficiários em 5 lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 20% do total da opção concedida (os "Lotes Anuais"), sendo que o primeiro Lote Anual deverá ser exercido até 30 de junho de 2008.
  - 4.2. O exercício da opção respeitará os períodos de vedação à negociação de ações da Companhia (*black out periods*).
5. Prazo de Exercício: Cada Lote Anual subsequente poderá ser exercido total ou parcialmente até o prazo final e extintivo de 7 anos, contados da data da assinatura do Contrato. Após este prazo, o Beneficiário perderá o direito ao exercício da opção com relação a cada Lote Anual ou em relação à parcela não exercida do Lote Anual.
6. Preço de Exercício: R\$ 12,00, equivalente ao preço de emissão das ações da Companhia na oferta pública inicial realizada em 2 de maio de 2007. Vale consignar que o preço foi fixado com base nas discussões mantidas pelo Conselho desde a aprovação do Plano, não obstante a formalização das outorgas ocorrer somente nesta data. O preço é ajustado, como autoriza o Plano, na forma dos Anexos I e II ao presente Programa.
7. Índice de Correção e Atualização do Preço de Exercício: IGPM (Índice Geral de Preços - Mercado), a ser aplicado sobre o Preço de Exercício das opções.
8. Forma de Pagamento: à vista, no ato da subscrição ou compra das ações resultantes do exercício de opções.
9. Restrições à Transferência das Ações: o Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício da opção se atendido o período mínimo de indisponibilidade de 2 (dois) anos (item 6.1 do Plano), contado a partir da subscrição ou compra das ações.
10. Direito de Preferência da Companhia: caso o Beneficiário pretenda vender, transferir ou de qualquer forma alienar as ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício da opção e sem prejuízo do disposto no item 8 acima, dará direito de preferência à Companhia, nos termos do Plano. O preço por ação a ser pago pela Companhia ao Beneficiário será equivalente ao valor de fechamento das ações da Companhia da mesma espécie no pregão da BOVESPA do primeiro dia útil imediatamente anterior à data da venda das ações.

Quaisquer dúvidas ou divergências que possam surgir por parte da Companhia ou dos Beneficiários, com relação às outorgas objeto deste Programa 2007 ou quaisquer de suas condições, deverão ser apresentadas ao Conselho, o qual terá um prazo de 10 (dez) dias corridos para apresentar sua interpretação ou solução para o caso. Neste caso, o Conselho decidirá por maioria.



**b) Principais objetivos do Plano**

Objetivo de motivar, reter e atrair equipe de profissionais qualificada no quadro de pessoal do Banco.

**c) Forma como o Plano contribui para esses objetivos**

Oferecendo incentivo aos beneficiários do Plano para buscarem melhor lucratividade e eficiência, com perspectiva de remuneração importante em caso de sucesso.

**d) Como o Plano se insere na política de remuneração do emissor**

O Plano se insere na política de remuneração do Banco na medida em que é complemento da parcela variável de remuneração dos funcionários beneficiários atrelada ao desempenho da ação que por sua vez está associado ao resultado global do Banco.

**e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazos**

Fica caracterizado o alinhamento de interesses da Administração e Banco a curto, médio e longo prazo, pelo fato do período de exercício de cada uma das 5 opções do Plano se estender por 7 anos, contatos a partir da data dos respectivos contratos individuais firmados junto aos beneficiários.

**f) Número máximo de ações abrangidas**

5.600.000 ações preferenciais

**13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

Seguem as posições acionárias detidas pelos Administradores, por respectivo órgão da Administração, base 31.12.2010:

Denominação da Companhia: Banco Sofisa S.A.					
Grupo e Pessoas Ligadas	(X) Grupo Controlador	( ) Conselho de Administração	( ) Diretoria	( ) Conselho Fiscal	
<b>Saldo Final</b>					
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação		
			Mesma Espécie/ Classe	Total	
Ações	Ordinárias	89.019.744	91,6	64,6	
Ações	Preferenciais	12.675.960	31,2	9,2	

Denominação da Companhia: Banco Sofisa S.A.					
Grupo e Pessoas Ligadas	( ) Grupo Controlador	(X) Conselho de Administração	( ) Diretoria	( ) Conselho Fiscal	
<b>Saldo Final</b>					
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação		
			Mesma Espécie/ Classe	Total	
Ações	Ordinárias	1.800	0,0	0,0	
Ações	Preferenciais	449.000	1,1	0,3	

Denominação da Companhia: Banco Sofisa S.A.					
Grupo e Pessoas Ligadas	( ) Grupo Controlador	( ) Conselho de Administração	(X) Diretoria	( ) Conselho Fiscal	
<b>Saldo Final:</b>					
Valor Mobiliário/	Características		Quantidade	% de participação	

Derivativo	dos Títulos		Mesma Espécie/ Classe	Total
Ações	Ordinárias	-	-	-
Ações	Preferenciais	364.300	0,9	0,3

<b>Denominação da Companhia:</b> Banco Sofisa S.A.				
<b>Grupo e Pessoas Ligadas</b>	<b>( ) Grupo Controlador</b>	<b>( ) Conselho de Administração</b>	<b>( ) Diretoria</b>	<b>(X) Conselho Fiscal</b>
<b>Saldo Final</b>				
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Ações	Ordinárias	-	-	-
Ações	Preferenciais	-	-	-

**13.6. Em relação à remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente**

<b>a) Órgão</b>	<b>Diretoria Executiva</b>
<b>b) Número de membros</b>	<b>3</b>
<b>c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações</b>	
<b>i. data da 1ª outorga (Exercício de 2008)</b>	<b>Junho de 2008</b>
ii. quantidade de opções outorgadas	250.000 ações preferenciais
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	Junho de 2008
iv. prazo de restrição à transferência de ações	02 anos contados a partir da subscrição ou compra das ações
v. preço médio ponderado de exercício para cada um dos seguintes grupos de opções (informações válidas para as duas opções acima)	
• em aberto no início do exercício social	0
• perdidas durante o exercício social	0
• exercidas durante o exercício social	0
• expiradas durante o exercício social	0
<b>i. data da 2ª outorga (Exercício de 2009)</b>	<b>Junho 2009</b>
ii. quantidade de opções outorgadas	250.000 ações preferenciais
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	Junho de 2009
iv. prazo de restrição à transferência de ações	02 anos contados a partir da subscrição ou compra das ações
v. preço médio ponderado de exercício para cada um dos seguintes grupos de opções (informações válidas para as duas opções acima)	
• em aberto no início do exercício social	0
• perdidas durante o exercício social	0
• exercidas durante o exercício social	0
• expiradas durante o exercício social	0
vi. valor justo das opções no último dia do exercício fiscal	0
<b>d) valor justo das opções na data de outorga</b>	<b>0</b>
<b>e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas</b>	<b>0</b>

Dos membros da Administração do Banco, apenas 3 integrantes da Diretoria Executiva fazem parte do Programa de Opção de Compra de Ações e, conseqüentemente, tem remuneração baseada em ações. Importante ressaltar que não foi exercida nenhuma opção de compra de ações até o momento por nenhum dos participantes do referido Programa.

Os valores monetários se encontram zerados na planilha acima pelo fato de não haver registro reconhecido nos resultados dos últimos 3 anos nem haver provisão para tal no exercício corrente considerando que não existe previsão de que o valor de mercado de ação supere o preço de exercício do referido Programa em 2011 (R\$19,30 por ação).

**13.7. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

<b>a) Órgão</b>	<b>Diretoria Executiva</b>
<b>b) Número de membros</b>	<b>3</b>
<b>c) Em relação às opções ainda não exercíveis</b>	
i. quantidade	500.000 ações preferenciais
ii. data em que se tornarão exercíveis	Jun.2011 e Jun.2012
iii. prazo máximo para o exercício das opções	Agosto de 2014
iv. prazo de restrição à transferência de ações	02 anos contados a partir da subscrição ou compra das ações
v. preço médio ponderado de exercício	0
vi. valor justo das opções no último dia do exercício fiscal	0
<b>d) Em relação às opções exercíveis</b>	
i. quantidade	500.000 ações preferenciais
ii. prazo máximo para o exercício das opções	Agosto de 2014
iii. prazo de restrição à transferência das ações	02 anos contados a partir da subscrição ou compra das ações
iv. preço médio ponderado do exercício	0
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	0
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	0

Dos membros da Administração do Banco, apenas 3 integrantes da Diretoria Executiva fazem parte do Programa de Opção de Compra de Ações. As opções se encontram 100% em aberto dado que nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e que o prazo máximo para o exercício das ações não se findou.

Os valores monetários se encontram zerados na planilha acima pelo fato de não haver registro reconhecido nos resultados no último exercício social ou em exercícios anteriores.

**13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções exercidas informar: i. número de ações; ii. preço médio ponderado do exercício; iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; d) em relação às ações entregues, informar: i. número de ações; ii. preço médio ponderado de aquisição; iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.**

Não houve exercício de opções nem entrega de ações até o momento.

**13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, no mínimo:**

**a) Modelo de precificação**

*Black and Scholes*

**b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e taxa de juros livre de risco**

Preço do Exercício (R\$ por ação)	19,30 (R\$12,00 de valor de emissão + IGPM projetado)
Volatilidade Esperada	22,775% (volatilidade histórica 100d)
Preço Médio Ponderado (R\$ por ação)	4,949 (últimos 90d)
Prazo da Opção	30.06.2014
Dividendos Esperados	5,0% ao ano
Taxa de Juros	12,880%

**c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Opções precificadas supondo exercício ao final do prazo do Plano.

**d) forma de determinação da volatilidade esperada**

Volatilidade histórica = média dos últimos 100 dias.

**e) se alguma outra característica de opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável.

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a) órgão; b) número de membros; c) nome do plano; d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; e) condições para se aposentar antecipadamente; f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e, h) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.**

Não aplicável.

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: a) órgão; b) número de membros; c) valor da maior remuneração individual; d) valor da menor remuneração individual; e, e) valor médio de remuneração individual.**

2010 (Em reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Nº Membros	6	5	3	1
Valor da Maior Remuneração Individual	1.140.000,00	1.031.760,00	65.484,00	240.000,00
Valor da Menor Remuneração Individual	240.000,00	516.504,00	65.484,00	240.000,00
Valor Médio de Remuneração Individual	564.000,00	595.245,54	65.484,00	240.000,00

2011 (Em reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Nº Membros	6	5	3	1
Valor da Maior Remuneração Individual	1.140.000,00	1.031.760,00	49.536,00	240.000,00
Valor da Menor Remuneração Individual	240.000,00	495.252,00	49.536,00	240.000,00
Valor Médio de Remuneração Individual	564.000,00	654.828,00	49.536,00	240.000,00

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor.**

Não aplicável.

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Não aplicável.

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não aplicável.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

Não aplicável.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens acima.